

# MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI  
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA  
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP**

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.

653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

**DOI: 10.29327/5385334**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: [www.livrariacirkula.com.br](http://www.livrariacirkula.com.br)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO  
ARTES DA MEMÓRIA**

**PROAP**  
Programa de Apoio à  
Pós-Graduação



# **MUSEU**

## **JULIO DE CASTILHOS**

### **HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS**

**ZITA ROSANE POSSAMAI**  
**ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA**  
(ORGANIZADORAS)

  
**cirkula**  
2023

**# 2**

# **VESTÍGIOS E INTERPRETAÇÕES SOBRE O SABRE MANDINGA NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS: UM DESAFIO MUSEAL**

*Roberta Fraga Machado Gomes  
Ana Carolina Gelmini de Faria*

## **Introdução**

O Museu do Estado foi oficialmente instituído pelo Decreto nº 589, em 30 de janeiro de 1903, pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, à época, Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961). As ações para a sua fundação oficial iniciam sob a administração de Julio Prates de Castilhos (1860-1903), presidente do Estado do Rio Grande do Sul entre o interím 1889-1898.

Com o político, originou-se o propósito em se fundar um Museu Estadual. A iniciativa teve continuidade com Borges de Medeiros, seu sucessor político por 25 anos, com as convocações públicas para formar o acervo, em 1900 (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1900). Em 1901, foram arrolados, em relatório oficial, os primeiros objetos adquiridos e a provisória instalação para o futuro Museu do Estado em uma sala no edifício da Assembleia dos Representantes<sup>1</sup>:

Começou a aquisição de objectos pela compra de diversas pedras e de uma coleção de ovos de aves e pássaros do Estado do cidadão Affonso Correa da Silveira.

Generosamente foram feitas as seguintes ofertas: De diversas armas e utensílios indígenas e de uma antiga

---

<sup>1</sup> Atual sede para o Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, localizado à Rua Duque de Caxias, 1029, em Porto Alegre.

moeda de prata, pelo professor Augusto Kuhnert, residente em Santa Maria de Soledade;  
De alguns artefactos indígenas e outros objectos, pelo intendente Municipal de Caçapava;  
De uma coleção de caramujos pelo professor Kij;  
**De um par de dragonas do Marechal Floriano Peixoto, 3 medalhas e um alfange, pela ilustre viúva do inviolável brasileiro** [sic]. [...] É de se esperar, porém que ele se forme e constitua em futuro talvez muito próximo utilíssimo centro de recreio, de estudo, e de observações científicas. (Grifo nosso). (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1901, p. 20).

O grifo incorporado ao excerto, com enfoque especial para o *alfange* será retratado posteriormente quando serão apresentadas as hipóteses para a aquisição da *Espada Africana*. Antecipa-se, contudo, que, conforme as pesquisas realizadas, após transcorridos 110 anos de sua fundação, o único *alfange* registrado está associado em seus registros à *Espada Africana*.

Denominado Museu Julio de Castilhos em 1907, em homenagem ao “benemérito patriota” (Decreto nº 1140), surge como uma ação oficial, para a intenção do Governo, ao propor a criação de um órgão governamental com o fim em expor, primeiramente, as riquezas, o progresso material e a história do Rio Grande do Sul (RAMOS, 2005).

Transcorrido mais de um século, o Museu Julio de Castilhos carrega como herança a preservação prioritária de uma história masculina, branca e de alto padrão social. Em tempos coetâneos, as ações promovidas pela gestão 2011-2014 ratificaram o *não-lugar do negro* às coleções e às exposições institucionais<sup>2</sup>. Organizadas por Joel Santana

---

2 Nila Barbosa (2010), em “O não-lugar do negro no acervo museológico: problemas e perspectivas”, analisou as coleções do Museu Histórico Abílio Barreto e as interpretou ao retratar a intelectualidade e a construção oficial da cultura brasileira. A pesquisadora afirma ter existido um processo de desafricanização, intensificada, a partir de 1930, com a construção científica da nacionalidade fundada em uma concepção

da Gama e Jane Rocha de Mattos, na época diretor do Museu e coordenadora de pesquisas institucionais, respectivamente, as *Reuniões Abertas - Museus e Africanidades* visaram situar essa contestação. Em oposição ao *não-lugar do negro*, o processo objetivou a interlocução com o público para que se avaliassem formas para se concretizar um projeto expositivo com essa temática (MATTOS, 2012).

O efetivo resultado das Reuniões iniciou com a pesquisa aos sistemas informacionais do Museu Julio de Castilhos, quando foram visibilizados os acervos que personificavam Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919) e Paulino Azurenha (1860-1909). Ambos os sujeitos negros sul-rio-grandenses atuaram para o fortalecimento de uma memória coletiva e para a afirmação da presença negra no Rio Grande do Sul.

Outras possibilidades para a representação foram evidenciadas e fundamentaram a investigação à *Espada Africana* pela força de um adjetivo – africano – que remete à *Expressão de Africanidade* (WALDMAN, 1998), à resistência de um grupo (FORD, 1999) e à memória ancestral impressa em seus vestígios materiais (FIGUEIREDO e RODRIGUES, 1989; LODY, 2001; 2005).

Esse cenário originou a monografia *A mão que bata-lha, mão que toca o tambor: a interpretação do patrimônio negro africano musealizado* (GOMES, 2014) e a investigação às histórias sobre o artefato, os processos para a sua aquisição, sua introdução às coleções Museu Julio de Cas-

---

ideológica, idílica e política de mestiçagem: “[...] uma população sem identidades, definida como incapaz de se tornar sujeito, em contraponto a outra raça de homens que permanece pura (a branca), que possui poder político, ascende ao governo, e nele permanece” (BARBOSA, 2010, p. 279). Segundo a autora, acreditou-se que com a abolição dos escravos seria possível extinguir as marcas da presença dos africanos e negros no país. E os museus passaram a ser entendidos como instituições capazes de persuadir a população da validade deste discurso emanado do Estado, fazendo-o em suas narrativas expositivas.

tilhos, as análises e as problemáticas sobre a sua cotidianidade, as estruturas comportamentais para a sua produção e utilização. A interpretação e as associações entre *Espada Africana*, sociedades negras africanas e seus vestígios materiais foram subsidiadas pelo método e estudos arqueológicos, propostos por Susan Pearce (2005).

Logo, o presente texto está subdividido em três seções objetivamente relacionadas às funções basilares realizadas pelos museus. A primeira investiga como ocorreu a aquisição a partir de análise da documentação do bem cultural. A segunda apresenta, por meio de fontes imagéticas, o exame de conservação da *Espada Africana*. A terceira problematiza, a partir da pesquisa efetuada, os sentidos relacionados ao bem cultural musealizado, *Espada Africana (Sabre Mandinga)*.

## Aquisição e Documentação

Foram estabelecidas quatro hipóteses para a aquisição da *Espada Africana* realizada pelo Museu Julio de Castilhos, apresentadas cronologicamente para esta publicação:

1. Doação realizada por Josina Peixoto, viúva do Marechal Floriano Peixoto, em 31 de julho de 1901, ao “embryonário” Museu do Estado, que iniciava a formação de suas coleções com sua provisória instalação em uma sala na Assembleia dos Representantes. À lista constavam um par de dragonas, três medalhas e um alfange (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, 1901, p. 20).
2. Compra de coleções: Eugenio Dahme informara a Francisco Rodolpho Simch (diretor do Museu à época), em 20 fevereiro de 1904, que, por Ofício nº 173, o Governo do

Estado do Rio Grande do Sul havia aceitado a sua proposta e efetivado a compra de suas coleções. Dentre esses objetos, citava - “Dos negros da Costa da África Espadas, Arco, Bolsas e Ornamentos” (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS - 1903-1910 - A. P. 2001, p. 43-44).

3. Doação expressiva realizada em 19 de outubro de 1956, por Mario Martins Monteiro Martinez, composta por 622 armas, suscitou outra possibilidade à investigação. Entre o aparato bélico, 24 espadas estrangeiras. O indício originou o que se admitiu como hipótese a ser investigada, pois a Espada Africana poderia estar vinculada a esta aquisição. O contrato de doação, igualmente, suprimiu quaisquer informações intrínsecas sobre o acervo (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, Cartas de Doação, pasta 28, 1968).

4. Localizou-se ainda um registro de doação realizada por Rosalina Xavier de Souza, conforme registros institucionais de 18 de abril de 1968:

Número de Ordem: 20; Espada com bainha de couro copo de bronze dourado e lâmina ligeiramente curva. Comprimento total 75 cm. Pertenceu ao avô da doadora, que serviu na Guerra do Paraguai. Doador: Sra. Rosalina Xavier de Souza, nascida em 16/11/1900, NC (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. Registros de Entrada, A.P. 9.005, s.d., p. 178).

A função aquisição, segundo Bittencourt (2005; 2008), diz respeito à formação de acervos como parte da política institucional de um museu, baseada em atividades consistentes de pesquisa e incorporada às outras atividades. Identificação, contato, registro e tratamento de acervos compõem a aquisição, pois, sistematicamente, formam um museu, sua identidade e suas coleções. Esse estudo

preliminar, conseqüentemente, tornar-se-á base para a (re) produção de registros correlatos (documentação e exposições museológicas) e para a sua associação aos sistemas documentais. Em oposição, a ausência de critérios teórico-metodológicos para a inserção de informações aos sistemas seria responsável por controvérsias aos registros (POSSAMAI, 2002, BITTENCOURT, 2005; 2008).

José Bittencourt (2005) afirma, entretanto, que os museus brasileiros são incapazes de fomentar ações de pesquisa e conceituação no campo da aquisição, cujas atividades tornaram-se esporádicas ou eventuais resultados de interesses por pesquisadores e conservadores. A atuação tornou-se, efetivamente, comprometida diante da insuficiência de políticas institucionais eficazes ou de políticas de formação de acervos inconsistentes.

Essa relativa prática passiva em relação à musealização e adjetivação dos vestígios culturais negro-africanos e/ou afro-brasileiro realizadas pelo Museu Julio de Castilhos tem conseqüências em tempos coetâneos, verificáveis pelo ínfimo número de vestígios específicos identificados à identidade negra e/ou por tradicionais representações sobre a escravidão - com objetos para o suplício, alvitramento e contenção.

Ou, ainda, se analisadas a classificação para as coleções que originam essas exposições. Convém citar a coleção *Escravatura*, composta por 37 objetos - entre gargalheiras, vira-mundo, bolas de ferro -, que foi subsídio em 2003, cento e quinze anos após a Abolição, para a exposição que se manteve efetiva por 11 anos, sob o título *Período Escravista*<sup>3</sup>.

---

3 Armaria, Arquitetura, Arreamento, Arte Náutica, Bandeiras, Bibliografia, Condecorações, Documentos, Escravatura, Etnologia, Filatelia, Heráldica, Iconografia, Indumentária, Instrumentos de Trabalho, Instrumentos Musicais, Máquinas, Medalhas, Missões, Mobiliário, Numismática, Objetos Decorativos, Objetos de Uso Pessoal, Regionalismo,

A passividade em relação à aquisição do objeto, à sua identificação ou aos seus consequentes registros e identificações por substantivos e adjetivos – *Alfange* ou *Espada Africana* – poderiam ser relativizados se em consideração estiverem as suas coleções e a (invisível) política para a aquisição de acervos que balizaria as funções do Museu Julio de Castilhos. Essas ações poderiam vir a se corroborar com a assertiva proposta por Andreia Reis da Silveira (2010, p. 6-7),

Sem política de aquisição definida, as escolhas, por temáticas ou por colecionismo, foram feitas por fatores incertos, por vontades políticas, por tentativa de estabelecer um pensamento monumentalista, ou por muitas outras ou todas essas razões. Mas fazem perceber, indiscutivelmente, que o museu não esteve neutro.

A análise sistemática ao registro de cada uma de suas vinte e nove coleções, realizada por Gomes e Gomes (2013), demonstrou que em um universo de 11.382 objetos musealizados pela instituição, apenas cerca de 0,2% do acervo poderia visivelmente representar de maneira assertiva as populações negras sul-rio-grandenses. Esses números são, inegavelmente, simbólicos para as ponderações frente à (in)visibilidade e à presença e/ou ausência sócio-histórica no Museu do Estado do Rio Grande do Sul.

## Conservação

Por conseguinte, a narrativa apresenta o exame realizado à *Espada Africana* e, abrangentemente, às coleções do Museu Julio de Castilhos (Figuras 1-6). O avançado processo de oxidação que deteriora o seu metal, os movimen-

---

Sigilografia, Utensílios Domésticos, Tesserologia, Vários e Viaturas compõem as coleções institucionais (Donato 3.0, MUSEU JULIO DE CASTILHOS).

tos de contração em relação à sua bainha em couro; à expansão de sua lâmina (cujo material ainda se desconhecia) e o ressecamento/perda de flexibilidade de suas partículas, representa um obstáculo para a visualização e a identificação do mineral que compõe a sua lâmina.

## Imagem 1-6 – Espada Africana.

**Imagem 1 - Espada Africana**

Corrosão dos metais; ressecamento e ruptura de partículas em madeira e couro



Fonte: Museu Julio de Castilhos. Créditos: Thais Franco, 2012.

**Imagem 2 - Espada Africana**

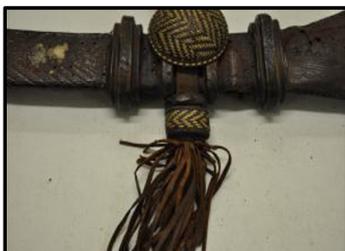
Ataque biológico de xilófagos (madeira) e fitófagos (fibras vegetais) e ao couro



Fonte: Museu Julio de Castilhos. Créditos: Thais Franco, 2012.

**Imagem 3 - Espada Africana**

Perda substancial de seus fios em couro



Fonte: Museu Julio de Castilhos. Créditos: Thais Franco, 2012.

**Imagem 4 - Espada Africana**

Perda de sua franja direita, pirogravada e em couro



Fonte: Museu Julio de Castilhos. Créditos: Thais Franco, 2012.

**Imagem 5 - Espada Africana**

Abertura da extremidade inferior de sua bainha



Fonte: Museu Julio de Castilhos. Créditos: Thais Franco, 2012.

**Imagem 6 - Espada Africana**

Abertura da extremidade superior de sua bainha



Fonte: Museu Julio de Castilhos. Créditos: Thais Franco, 2012.

Fonte: Gomes (2014).

Os percentuais concernentes à umidade do ar, à temperatura e à variação entre esses índices, associar-se-iam à eficácia em se conservar acervos em uma edificação projetada como residência e às instalações inadequadas ao cumprimento de suas funções. Foram registradas, em 2011, médias relativas à umidade do ar e à temperatura para a Reserva Técnica: a temperatura oscilou entre 27,5°C e 17,1°C, com média anual em 22,4°C. Em relação à umidade, entre 63,55% e 74,39% e média anual 69,08%<sup>4</sup>. Os índices elevados referem-se à edificação construída em 1887, cujo patrono, Julio Prates de Castilhos, residiu com sua família antes de tornar-se sede do Museu em 1905, ano em que foi comprada pelo Governo do Estado (SILVA, 2011).

A relação - preservação, sociedade e conservação de seus vestígios materiais - sugere os questionamentos: o que, por que e como preservar; causas e consequências de um dano. Segundo Sérgio Silva (2005, p. 5),

Se se aceita a impossibilidade de preservação da totalidade dos registros da experiência humana (no dizer de Ulpiano Bezerra de Menezes), isto implica em escolher. E se a escolha de um determinado acervo para a preservação implica na “escolha” de um outro para a deterioração [...], então a preservação está longe do alcance dos técnicos. Ela pertence aos que tomam as decisões. Ela pertence aos que escolhem. [...] Cabe aos profissionais da informação oferecer as orientações e as diretrizes técnicas e científicas capazes de embasarem as posteriores escolhas e decisões políticas.

---

4 O percentual relativo à umidade do ar, recomendável para a conservação dos acervos inorgânicos (metal) e orgânicos (madeira e couro), pode oscilar, respectivamente, entre 0% - 45% e 50% - 65%. A umidade do ambiente, em excesso, modifica a estrutura do objeto pelo movimento de expansão e contração; enquanto sua escassez causa o ressecamento e a perda de flexibilidade de suas partículas. Valores superiores a 70% propiciam os insetos e micro-organismos (OSÓRIO, 2000; SOUZA, 2008; BACHETTINI, 2010).

Preservar, para o autor, compreende ações como o restauro (recuperar) e a conservação (salvaguardar). O que colige a função a um triedro – financiamento, decisões administrativas e antecipação aos riscos. Consequentemente, a preservação da informação basear-se-ia em uma estratégia preventiva que somente seria viabilizada quando se tornasse pública, ou seja, quando planejada e comunicada à sociedade.

## **Pesquisa e Comunicação**

Durante o período em que a pesquisa foi realizada, nenhum registro sobre ações pretéritas relacionadas à *Espada Africana* foi localizado, fossem atividades socioculturais, educativas ou exposições.

Contudo, conforme Castro (2005), os museus têm os objetos, suas informações e o conhecimento como argumento principal para a sua atuação. Essas ações associam a instituição a um enigma que as autoriza a retirar os vestígios culturais de sua cotidianidade e introduzi-los a um espaço, que traduzirá – por razões políticas, ideológicas ou míticas – seus significados socioculturais e identitários. A efetiva comunicação entre o museu e o seu público, entretanto, somente se efetivará por estudos atualizados às estruturas simbólicas e discursos presentes aos objetos.

Segundo Susan Pearce (2005), os artefatos estão localmente associados a outros artefatos, às estruturas sociais relevantes para a compreensão do significado do objeto. O enigma que invisibilizou as histórias associadas à *Espada Africana*, suscitou a continuidade das pesquisas e algumas hipóteses sobre a sua cotidianidade foram estabelecidas, perante suas informações intrínsecas e extrínsecas, quais sejam:

a) Sobre sua produção associada aos povos Mandinga (autores) e sua procedência em Guiné-Bissau (local de produção), em comparação com os acervos do *The British Museum* e Museu Paraense Emílio Goeldi (Figuras 7-9). Os Mandingas são também denominados mandingo, mandenka e manden. O povo Mandinga divide-se em três principais grupos, Soninke ou Sarakollé fundadores do Império do Ghana; Sosso ou Sosoe localizados aos pés dos Montes de Kulikoro; Maninnka ou Malinké, fundadores do Império Mali (WALDMAN, 1998).

### Figuras 7-9 – Acervos de Museus.



Imagem 7 - Espada Africana

Fonte: Museu Julio de Castilhos. Créditos: Thais Franco. 2012.



Imagem 8 - Manding Sword  
Espada Mandinga (livre tradução)

Fonte: The British Museum. s.a.



Imagem 9 - Espada em ferro

Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989

**Fonte:** Gomes (2014).

O *The British Museum* possui em suas coleções duas espadas denominadas *Manding Sword* (ou Espada Mandinga – em livre tradução) (Figura 8), semelhantes à *Espada Africana*. Além da imagem, as informações referentes ao objeto suscitaram a primeira hipótese sobre a sua vinculação com os povos Mandinga, conforme a citação:

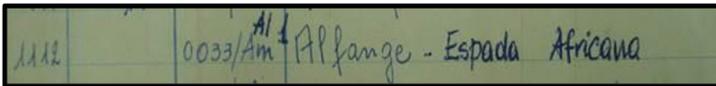
Espadas como esta podem ser encontradas entre os povos “Malinque”, também conhecidos como “Mandinga”, povos islâmicos difundidos em vasta região entre o Mali e a Gâmbia (Costa Ocidental Africana). Este tipo de espada continua a ser uma das armas mais prestigiadas entre esses povos, sendo possuído por homens de status social elevado [...]. (SPRING, 1993)<sup>5</sup>.

Concorrentemente, a pesquisa vinculada ao Museu Paraense Emílio Goeldi sobre a *Espada em Ferro* (Figura 9), realizada por Napoleão Figueiredo e Ivelise Rodrigues (1989), corroboraria a hipótese sobre sua produção e originaria a hipótese sobre seu local de produção. Sua procedência foi associada pelo pesquisador ao grupo Mandingo e sua história, antecedente à sua musealização, à Região Norte da República da Guiné Bissau.

Sua composição material (*Espada em Ferro*) – lâmina em ferro, bainha em couro, pino em bronze e tecido que recobre o seu punho (FIGUEIREDO e RODRIGUES, 1989) – também foi considerada para a continuidade das pesquisas relacionadas à *Espada Africana*, conforme será tratado subsequentemente (alínea d).

b) Sobre o substantivo *Espada* e o adjetivo *africano* (a) terem sido incorporados ao título *alfange* após 1988;

#### Imagem 10 – Livro Tombo.



Fonte: MUSEU JULIO DE CASTILHOS. Livro Tombo, A.P. 7.003, p. 50.

<sup>5</sup> *The British Museum. African arms and armour*. Disponível em: [https://www.britishmuseum.org/collection/object/E\\_Afl979-01-4677-b](https://www.britishmuseum.org/collection/object/E_Afl979-01-4677-b).

A comissão organizadora da exposição “De Escravo a Liberto: um difícil caminho”, realizada pelo Museu Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1988, identificou os objetos que iriam compor a respectiva exposição. Interpretamos, portanto, que essas ações pautadas pela pesquisa, provavelmente, tenham sido responsáveis pela identificação do *Alfange* como um objeto étnico, conforme buscamos demonstrar (Figura 10). Em tese, esse ato culminou com a intervenção realizada ao seu nome – à sua identidade – com a inserção do adjetivo africano (Figura 10). Conforme elucidou Tomislav Sola (1990), “a identidade pode ser facilmente um nome verdadeiro para o objeto museológico” (*apud* BITTENCOURT, 2005, p. 43).

Cabe, ainda, inferir as considerações sobre o *Alfange* ser o único entre a coleção *Armaria*, conforme os registros analisados, e a doação realizada em 1901, por Josina Peixoto, viúva do Marechal Floriano Peixoto (ver pág. 2 e 5).

c) Sobre a revisão do título atribuído ao bem cultural *Alfange – Espada Africana*, ao qual sugerimos *Sabre Mandinga*. Pois conforme Gustavo Barroso (1947, p. 119),

O sabre é a arma branca graúda que se assemelha à espada e com a qual é, às vezes, confundido. A espada é sempre reta e tem dois gumes. O sabre pode ser reto ou curvo e só tem um gume. Os sabres retos são raros. Os curvos, comuns. De origem oriental. Há uma antinomia fundamental entre a espada que representa a cruz e o sabre que representa o crescente do Islão. Fôram os cruzados flamengos, que o trouxeram de torna-viagem, os primeiros a usá-lo na Europa, sob o nome de *badelaria*, que passou para a heráldica.

Por ter comprovadamente a sua lâmina ligeiramente curva ao final, a *Espada Africana* se caracteriza como um *sabre* (BARROSO, 1947) e as titulações propostas pelo

Museu Julio de Castilhos – *Alfange – Espada Africana* – estariam passíveis a revisões. A radiografia realizada corrobora esse entendimento e pressupõe outra hipótese: a *Espada Africana* permaneceu por um longo período em sua bainha e raras ações preventivas para a sua conservação foram realizadas<sup>6</sup>.

d) Sobre possíveis associações entre a *Espada Africana (Sabre Mandinga)* e os marcos identitários e civilizatórios relacionados aos artífices ferreiros e a sua arte, em tradicionais sociedades africanas;

Um Rei Ferreiro é por definição um soberano com pleno domínio da arte da guerra. [...] o ferreiro era um profissional respeitado na sociedade africana. Ao dar forma aos metais, o ferreiro é visto como um mago, um homem com uma relação de intimidade com o *Maa Ngala*, o supremo criador (WALDMAN, 1998, p. 245).

Para inferirmos uma possível relação entre os aspectos físicos da *Espada Africana (Sabre Mandinga)* e os artífices ferreiros, seria necessário identificarmos a sua composição material. Conforme narrado anteriormente, em virtude do processo de degradação do objeto, a bainha em couro que recobre a lâmina impede a sua visualização. Como alternativa, mediante o teste realizado com um ímã de Neodímio, conduzido por Naira Balzaretto (2014), foi possível constatar que a *Espada Africana (Sabre Mandinga)* contém material magnético (ferro, muito provavelmente) e a extensão de sua parte metálica, incluindo a empunhadura. Foi possível constatar, ainda, que a esfera superior é feita de material não magnético, provavelmente cobre. Observamos que essa composição se assemelha àquela relacionada à *Espada em Ferro* (Museu Paraense Museu Emílio Goeldi).

---

6 Para mais informações, disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/111882>>.

e) Sobre os *Guerreiros Mandingas* e uma possível relação com a *Espada Africana* (Sabre Mandinga), em análise à gravura e às informações apresentadas por Vanicléia Santos (2008), referentes a esses guerreiros e à sua resistência aos colonizadores portugueses (Figura II):

### Imagem II - Guerreiros Mandingas.



Fonte: Santos (2008, p. 1).

Guerreiros mandingas vestindo roupas de algodão, portando vários amuletos de proteção, facas, adagas e pequenas espadas. Gravura realizada no séc. XIX, que guarda enormes semelhanças com as descrições do XVI, talvez fonte de inspiração. [...] São muito guerreiros estes negros, e nesta terra, há mais armas quem nenhuma Guiné, porque como há nella ferro que fundem, fazem muitas armas de azagaias, dardos, facas e muita frecha (ALMADA, *apud* SANTOS, 2008, p. 44).

Direcionamos o olhar para o Guerreiro posicionado ao lado direito e os artefatos localizados em suas mãos, espada (sabre) e bainha ornamentada. As informações apresentadas por Santos (2008) e a representação imagética poderiam ser perfeitamente analisadas e interpretadas em associação às assertivas vistas anteriormen-

te em Christopher Springs (1993) e Maurício Waldman (1998) sobre o respeito e o prestígio atribuídos pelos povos mandingas e pela sociedade africana aos ferreiros mandingas e ao artefato.

f) Sobre possíveis relações entre *Espada Africana* (Sabre Mandinga), *Expressão de Africanidade* e marcos identitários e civilizatórios em tradicionais sociedades africanas;

Em sua composição material, a *Espada Africana* (Sabre Mandinga) reúne elementos originados dos três reinos da natureza: animal, pelo couro; vegetal, pela madeira; e mineral, pelo ferro e bronze. Esses aspectos podem sugerir uma interpretação impregnada por valores e força vital, eminentemente negra, e indissociável ao conhecimento sagrado *griot*, relacionados ao tambor e seus significados. Ao seu curso, na África tradicional, segundo Paulo Dias (*apud* BITTENCOURT JR. e SOUZA, 2010, p. 118),

O Tambor é um vínculo para unir os homens entre si e às divindades. Ele é o ponto focal das comunidades de suas forças, arauto de soberanos e dos orixás; ele próprio é essência divina. O Tambor reúne em si elementos que representam a força vital dos três reinos da natureza: o animal, que lhe dá o couro; o vegetal, que lhe fornece a madeira; e os metais (mineral). Como resultado ecoa uma existência de energia plena. [...] O tambor é um agente de comunicação e símbolo de preservação da unidade social, cultural e política das comunidades negras.

g) Sobre possíveis relações entre a *Espada Africana* (Sabre Mandinga), os marcos identitários negros sul-rio-grandenses e a função social dos museus.

Durante o processo de concepção e aprovação do primeiro marco escultural do Museu de Percurso do Ne-

gro em Porto Alegre<sup>7</sup>, o tambor foi eleito o seu marco representativo. O monumento está situado na Praça Brigadeiro Sampaio, no Centro Histórico de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, “resultado de como os artistas perscrutam os saberes ancestrais africanos e imemoriais afro-brasileiros” (BITTENCOURT JR. e SOUZA, 2010, p. 129). Como afirma Ilma Silva Vilasboas, (2010, p. 80) sobre a concepção museológica do Museu Percurso do Negro: “é preciso conhecer para preservar”.

Por conseguinte, esse percurso investigativo propõe a reflexão sobre os vestígios culturais da cotidianidade relacionada à *Espada Africana* (Sabre Mandinga), suas informações, o potencial conhecimento a ser produzido – principal argumento para atuação dos museus – e a primordial comunicação com a população negra sul-rio-grandense.

Essas reflexões convergem para o papel social e educativo do museu: “aumentar a capacidade de uma coletividade de projetar seu próprio futuro e de ser sujeito ativo – e não passivo – de sua própria história, a partir da consciência que passa a ter de si mesma” (BARBUY *apud* CÂNDIDO, 2014, p. 21).

## Considerações finais

Identificações, problematizações e interpretações foram os fundamentos para as ações em prol à *Espada*

---

<sup>7</sup> Os primeiros esforços para colocar em prática ações que iriam ser materializadas no projeto do Museu de Percurso do Negro aconteceram no final da década de 1990, quando diversas organizações negras do movimento negro porto-alegrense se reuniram no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, da Secretaria Municipal da Cultura, para discutir o I Seminário para organização de um centro de referência afro-brasileiro. Espaço que teria por objetivo catalisar associações que desenvolvessem políticas em prol das reivindicações da comunidade negra local (VARGAS, 2013). Dessas reuniões, em 2008 foi criado o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre (GOMES, 2019).

*Africana* (Sabre Mandinga) e à identidade negra sul-rio-grandense representada em museus. Essa atuação tem, majoritariamente, o seu propósito em, efetivamente, preservar as informações intrínsecas e extrínsecas ao objeto, associadas às tradicionais culturas africanas, seja por seu restauro, comunicação com o público e por interlocução com a sociedade. Essas atividades convergem para os argumentos históricos sobre os vestígios culturais, os processos sociais, os sujeitos, suas afirmações e implicações sobre as representações em espaços públicos.

A pesquisa sobre as histórias vinculadas à *Espada Africana* (Sabre Mandinga) contemplou, portanto, por sua evidente intersecção com as ações realizadas pelo Museu Julio de Castilhos, as informações sobre a sua aquisição – em seus imprecisos registros –, a sua inábil conservação. Configura-se como uma proposta para a interlocução com o público sobre as interpretações relacionadas ao seu significado sociocultural e histórico. Outrossim, consideramos essas atividades como um campo para a interpretação sobre os significados atribuídos ao patrimônio africano e/ou afro-brasileiro pelo Museu Julio de Castilhos. Portanto, a análise balizou as interpretações sobre a instituição em relação às suas ações basilares. Os limites sobre as ações pretéritas ao seu acervo vêm a objetar o seu conceito e a sua eficácia em preservar o patrimônio público musealizado.

Recentemente, em 2021, com base em informações intrínsecas e extrínsecas relacionadas à *Espada Africana* (Sabre Mandinga), a oficina “Corpos no Museu” foi proposta. Sua autora, Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção (2021), associou o objeto à *Dança de Guerra Agbekor* (de Gana). Essa atividade propõe a realização de uma ação educativa associada à presença negra e africana no Museu Julio de Castilhos e conflui com os propósitos desta

pesquisa: a preservação da Espada *Africana* (*Sabre Mandinga*) e seu (re) conhecimento.

Por fim, ressaltamos os esforços institucionais contemporâneos para o compasso com as atividades associadas aos museus. Especialmente pelo incentivo às pesquisas e a esta investigação, que embasam a sua atuação hodierna sobre o real e o subsídio para a sua continuidade, em imprescindível articulação com a academia, pesquisadores e outros museus.

## Referências

ASSUNÇÃO, N. M. R. G. A. **Oficina Virtual: Corpos no Museu.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LBgGfCf0PL0>. Acesso: ago 2022.

BACHETTINI, A. L. Preservação e salvaguarda dos acervos de museus históricos. In: SILVEIRA, A. R.; CAPRA, L. A. (Orgs.). **O papel dos Museus de História no mundo contemporâneo.** Porto Alegre: Museu Julio de Castilhos, IEL, CORAG, 2010. Pp. 81-88.

BALZARETTI, N. M. **Correspondência eletrônica.** 05 de novembro de 2014.

BARBOSA, N. R. O não-lugar do negro no acervo museológico: problemas e perspectivas. In: GUIMARÃES, M. L. S.; RAMOS, F. R. L. (Orgs.). **Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu.** Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010. Pp. 277-293.

BARROSO, G. **Introdução à técnica de Museus.** [Volume II]. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.

BITTENCOURT, J. N. A pesquisa como cultura institucional: objetos, política de aquisição e identidades nos museus brasileiros. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. (Orgs.). **Museu: Instituição de Pesquisa.** Rio de Janeiro: MAST, 2005. Pp. 11-21.

BITTENCOURT, J. N. As várias faces de um equívoco: observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 40, Rio de Janeiro: MHN, 2008. Pp. 189-219.

BITTENCOURT JR., I. C.; SOUZA, V. V. Monumentos Negros: Representação Simbólica no Centro da Cidade. In: VILASBOAS, I. S.; BITTENCOURT JR.; I. C.; SOUZA, V. V. **Museu de Percorso do Negro em Porto Alegre.** Porto Alegre: Vinícius Vieira de Souza, 2010. Pp. 105-134.

CÂNDIDO, M. M. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis: FCC, 2014.

CASTRO, A. L. S. O objeto de estudo da Museologia. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. (Orgs.). **Museu: Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2005. Pp. 11-21.

FIGUEIREDO, N.; RODRIGUES, I. **A Coleção Etnográfica Africana do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

FORD, C. W. **O herói com rosto africano: mitos da África**. São Paulo: Summus, 1999.

GOMES, A. S.; GOMES, R. F. M. Antigos carregadores de doca: reflexões acerca das representações negras no Museu Julio de Castilhos. In: MATTOS, J. R. (Org.). **Museus e Africanidades**. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013. Pp. 101-120.

GOMES, A. S. Ensino de História, Patrimônio e Práticas Educativas Decoloniais no Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre. **Fronteiras**, v. 21, n. 38, pp. 71-89, 2019.

GOMES, F. R. M. **A mão que batalha, a mão que toca o tambor: a espada africana e a interpretação do patrimônio negro africano musealizado, Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre, RS, Brasil**. [Monografia]. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

LODY, R. **Jóias de Axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LODY, R. **O Negro no Museu Brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MATTOS, J. R. M. Da África ao Sul do Brasil Meridional: o processo de construção de curadoria no Museu Julio de Castilhos/RS. Porto Alegre. Comunicação. **I Salão Artístico-Cultural e Científico do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e Santander Cultural**. 2012.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências Expedidas** [1903-1910]. A. P. 2001.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Cartas de Doação**. Pasta 28, 1968.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Registros de Entrada**. A.P. 9.005, s.d.

OSÓRIO, E. D. Conservação em museus. In: **Museologia social**. Secretaria Municipal da Cultura: Porto Alegre, 2000. Pp. 67-80.

PEARCE, S. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. (Orgs.). **Museu: Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2005. Pp. 11-21.

POSSAMAI, Z. R. A pesquisa no museu. **Ciências e Letras**, n. 31, pp. 77-86, 2002.

RAMOS, E. H. C. L. Museu Julio de Castilhos: trajetória histórica e perfil (parcial) de um acervo. In: AXT, G.; Et AL. (Orgs.). **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. Pp. 265-274.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório dos Negócios das Obras Públicas**, 1900.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório dos Negócios das Obras Públicas**, 1901.

SANTOS, V. S. **As bolsas de mandinga no espaço atlântico: século XVIII**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: USP, 2008.

SILVA, A. C. F. **O museu e a consagração da Memória de Julio de Castilhos**. [Monografia de Conclusão de Curso em Museologia]. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SILVA, S. C. A. S. A preservação da informação. In: **Páginas a&b – arquivos & bibliotecas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, Colibri, 2005. Pp. 1-9.

SILVEIRA, A. R. Museu Julio de Castilhos: apontamentos museológicos. In: SILVEIRA, A. R.; CAPRA, L. A. (Orgs.). **O papel dos Museus de História no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Museu Julio de Castilhos, IEL, CORAG, 2010. Pp. 17-25.

SOUZA, L. A. C. Panorama brasileiro na relação entre ciência e conservação de acervos. **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG**, v. 1, n. 1, pp. 37-46, 2008.

SPRING, C. **African arms and armour**. Londres: The British Museum Press, 1993.

VARGAS, P. R. Museus e Africanidades. O Museu do Percorso do Negro na perspectiva de seus idealizadores: os militantes do Movimento Negro. In: MATTOS, J. R. (Org.). **Museus e Africanidades**. Edições Museu Julio de Castilhos: Porto Alegre, 2013. Pp. 85-100.

VILASBOAS, I. S. Projeto Museológico e Museográfico. In: VILASBOAS, I. S.; BITTENCOURT JR., I. C.; SOUZA, V. V. **Museu de Percorso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Vinícius Vieira de Souza, 2010. Pp. 75-104.

WALDMAN, M. Africanidade, espaço e tradição: a topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala “griot” sobre Sundjata Keita do Mali. **África**, v. 20-21, pp. 219-268, 1998.